

competência e exemplar dedicação com que desempenhou as funções de comandante da EUROFOR.

Do seu elevado desempenho resultaram elevado brio e lustre para o Exército Português, para as Forças Armadas, para a Defesa Nacional e para o País, pelo que classifico os serviços prestados como extraordinários, muito relevantes e distintíssimos.

Assim, manda o Governo, pelo Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, nos termos do artigo 13.º, do artigo 14.º e do n.º 1 do artigo 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, condecorar o tenente-general Luís Nélsion Ferreira dos Santos com a medalha de ouro de serviços distintos.

23 de Dezembro de 2004. — O Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Paulo Sacadura Cabral Portas*.

MARINHA

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Militarizados e Civis

Despacho (extracto) n.º 869/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 2004 do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, por delegação do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada:

Maria Calisto Leopoldino, assistente administrativa principal do escalão 1 do quadro do pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo — transferida, na mesma categoria, para o quadro do pessoal civil da Marinha. Esta transferência implica a exoneração no anterior lugar, com efeitos reportados à data da aceitação da nomeação no novo organismo.

29 de Dezembro de 2004. — O Chefe da Repartição, *Carlos Alberto Restani Graça Alves Moreira*, capitão-de-mar-e-guerra.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Orçamento

Despacho n.º 870/2005 (2.ª série). — Tendo em vista assegurar o regular funcionamento do núcleo de apoio administrativo do meu Gabinete até ao fim do mandato do XVI Governo Constitucional, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, prolongo até à data da tomada de posse do novo titular do Ministério das Finanças o destacamento das funcionárias referidas no meu despacho n.º 16 689/2004 (2.ª série), de 22 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 192, de 16 de Agosto de 2004.

30 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado do Orçamento, *Manuel Ferreira Teixeira*.

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Rectificação n.º 49/2005. — Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 11 947/2004 (2.ª série), no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 299, de 23 de Dezembro de 2004, a p. 19 059, relativo ao técnico profissional de 1.ª classe nomeado em comissão de serviço extraordinária para a realização de estágio de técnico de informática do grau 1, nível 1, David Miguel Marques Cotrim, rectifica-se que onde se lê «David Miguel Marques Cotrim [...] para realização de estágio de técnico de informática do grau 1, nível 1 (escalão 1, índice 280), pelo período de seis meses, com efeitos a partir de 13 de Outubro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)» deve ler-se «David Miguel Marques Cotrim [...] para realização de estágio de técnico de informática do grau 1, nível 1 (escalão 1, índice 290), pelo período de seis meses, com efeitos a partir de 13 de Outubro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)».

29 de Dezembro de 2004. — Por Delegação do Director-Geral, a Directora de Serviços, em regime de substituição, *Maria de Fátima Braz*.

Instituto de Gestão do Crédito Público

Aviso n.º 282/2005 (2.ª série). — De harmonia com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/94, de 4 de Janeiro, dá-se conhecimento público aos portadores interessados de que a taxa média a vigorar no mês de Janeiro de 2005 é de 1,614 46%, a qual multiplicada pelo factor 1,10 é de 1,775 91%.

29 de Dezembro de 2004. — O Vogal, *António Pontes Correia*.

Aviso n.º 283/2005 (2.ª série). — De harmonia com o disposto na parte final do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 125/92, de 3 de Julho, dá-se conhecimento público aos portadores interessados de que a taxa de juro para o mês de Janeiro de 2005, já multiplicada pelo factor 0,96, é de 1,549 88%.

29 de Dezembro de 2004. — O Vogal, *António Pontes Correia*.

Instituto de Informática

Despacho n.º 871/2005 (2.ª série). — 1 — No cumprimento da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, que aprovou o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, nomeadamente do artigo 21.º «selecção e provimento dos cargos de direcção intermédia», foi publicitada a vaga para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau, chefe de divisão do Centro de Informação e Documentação do Instituto de Informática, na bolsa de emprego público, com o código de oferta OE200411/0301, e no jornal *Correio da Manhã*, de 11 de Novembro.

2 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da referida lei, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

3 — Considerando que o perfil pretendido se caracteriza por:

- Larga experiência de gestão de bibliotecas e centro de documentação;
- Sólidos conhecimentos e experiência no tratamento documental da área de informática e temas relacionados, assim como de sistemas de gestão documental, designadamente o sistema Basis/Techlib;
- Administração dos dados da base de dados INFODOC, incluindo a gestão do Thesaurus das TIC utilizando o TM (Thesaurus Manager) e elaboração de listas permutadas;
- Capacidade organizativa e de coordenação por forma a garantir a qualidade técnica adequada na prestação de serviços;
- Competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção intermédia.

4 — Analisadas as duas candidaturas apresentadas, verifica-se que a candidata Maria Fernanda Bernardes Lobo apresenta um *curriculum vitae* mais adequado às atribuições e objectivos do cargo.

5 — Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, a assessora principal Maria Fernanda Bernardes Lobo para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau, chefe de divisão do Centro de Informação e Documentação, do quadro de pessoal dirigente do Instituto de Informática.

23 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Conselho de Direcção, *João Paulo Barata Catarino Tavares*.

Curriculum vitae

Dados pessoais:

- Nome — Maria Fernanda Bernardes Lobo;
- Naturalidade — Lisboa;
- Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações e percurso profissional:

- Curso superior de Biblioteconomia e Documentação da Federação Nacional das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), no Rio de Janeiro;
- Iniciou a sua actividade profissional do Centro de Informações Nucleares da Comissão Nacional de Energia Nuclear, no Rio de Janeiro, em 1974 e 1975, como estagiária na área da documentação;
- Em 1976 passou a colaborar na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, no tratamento do acervo bibliográfico do seu patrono;
- Em Novembro de 1977 foi admitida no Instituto de Informática (II), em Alfragide, como técnica de 2.ª classe, ficando res-

ponsável pelo serviço de documentação, tendo criado o Centro de Informação e Documentação (CID);

Em 1981 ascendeu à categoria de técnica superior de 1.ª classe; Foi promovida em 1985 à categoria de técnica superior principal; Em Novembro de 1989 assumiu o cargo de chefe de divisão, que exerceu até Março de 1999;

A partir desta data, como assessora principal, tem desempenhado a função de responsável do CID do II.

Participação em grupos de trabalho externos:

Vogal da subcomissão 3 de normalização (SC3 — Vocabulário) da comissão técnica 78 (CT78 — Computadores e tratamento da informação) entre Fevereiro de 1988 e Setembro de 1989; Membro do grupo de trabalho para a construção de um Thesaurus e um glossário de informática, promovido pela INCITE, de 1989 a 1996;

Vogal da comissão técnica 113 — Terminologia informática, desde Setembro de 1989;

Em Junho de 1992, participou na comissão executiva do 5.º Congresso BAD, realizado em Lisboa;

De 1996 a 1998, foi coordenadora no grupo de informática e telecomunicações do Projecto CLIP (Compatibilização de Linguagens de Indexação em Português), no âmbito da POR-BASE;

Participa na construção do léxico sobre sociedade da informação da APDSI (Associação para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação) em parceria com outros peritos de outros organismos congéneres.

dades intervenientes no Sistema Nacional de Inovação, e estimular e sensibilizar as empresas para o investimento em investigação e desenvolvimento, reúne as condições previstas no Decreto-Lei n.º 226/96, de 29 de Novembro.

Pelo despacho conjunto n.º 754/2003 (2.ª série), de 7 de Agosto, foi autorizada a referida requisição, pelo período de um ano, prorrogável até ao limite de três anos.

Tendo a COTEC Portugal — Associação Empresarial para a Inovação manifestado o seu interesse na prorrogação, por mais um ano, da requisição em causa;

Tendo o interessado dado o seu acordo;

Tendo a Universidade do Porto dado parecer favorável;

Verificados que estão os requisitos legais;

Continuando a reconhecer-se o interesse público no desempenho da missão;

Ao abrigo do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 226/96, de 29 de Novembro, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro:

Determinamos:

1 — É prorrogada, pelo período de um ano, a requisição do Prof. Doutor Rui Manuel Campos Guimarães para desempenhar funções de director-geral na COTEC Portugal.

2 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 1 de Setembro de 2004.

18 de Agosto de 2004. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*. — A Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, *Maria da Graça Martins da Silva Carvalho*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS

Despacho conjunto n.º 49/2005. — Considerando que, anualmente, deve ser fixado o montante global das operações de crédito a aprovar ao abrigo do Programa de Financiamento a Arrendatários Rurais (PAR) pelos Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Agricultura, Pescas e Florestas;

Tendo presente o valor global dos créditos aprovados, as disponibilidades financeiras do Estado e a política de crédito seguida pelo Governo:

Nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 216/88, de 25 de Junho, determina-se:

1 — É estabelecido em € 545 347,80 o montante das operações de crédito a financiar pelo Estado, através do IFADAP, em 2003, através do Programa do Crédito PAR, sendo que € 173 812,32 destinam-se à concessão de novas operações e € 371 535,48 à concessão de financiamentos relacionados com a liquidação de juros de créditos bancários abrangidos por este Programa e referentes a operações formalizadas até final desse ano.

2 — Esta despesa será suportada pela dotação inscrita no Orçamento do Estado para 2004, no cap. 60 do Ministério das Finanças e da Administração Pública, div. 01, subdiv. 05.

3 — Tendo em conta o reconhecido desajustamento deste sistema e a proposta do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas de proceder à sua reformulação, a definição do programa de financiamento para 2004 deverá ficar-lhe subordinada.

27 de Dezembro de 2004. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*. — O Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, *Carlos Henrique da Costa Neves*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Despacho conjunto n.º 50/2005. — A requisição de funcionários públicos para prestar serviço em entidades de direito privado com representatividade, a nível nacional, nos sectores económico e social depende, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 226/96, de 29 de Novembro, do acordo do funcionário e efectua-se mediante despacho conjunto do membro do Governo competente e do que for responsável pela Administração Pública.

A requisição do Doutor Rui Manuel Campos Guimarães, professor catdrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, para desempenhar funções de director-geral da COTEC Portugal — Associação Empresarial para a Inovação, instituição de direito privado que tem por objecto, designadamente, dinamizar a relação entre enti-

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Aviso n.º 284/2005 (2.ª série). — Por despacho do comandante-geral interino de 15 de Dezembro de 2004 (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas), e nos termos dos artigos 109.º do EMGNR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho, foram promovidos ao posto de cabo os soldados abaixo indicados, desta Guarda, contando a antiguidade e vencimentos do novo posto desde 7 de Abril de 2004:

Infantaria:

BF 2000899, Nélson da Costa Borges.
 BT 1980370, Ricardo Manuel Amado Pimenta.
 B4 2000392, Ricardo Jorge Correia Borges.
 B4 2000591, Lino Manuel Fidalgo Antão.
 B4 2000459, Gustavo Alexandre Gonçalves Lopes.
 B3 1970090, Maurício Paulo Dias Ramalho.
 B5 2000728, Francisco Manuel Abrantes de Almeida Pinto Rodrigues.
 BF 2000104, Paulo Jorge Martins da Rocha Oliveira.
 BF 2000582, Cláudio Roberto Marques da Silva.
 B2 2000654, Marilita de Jesus da Costa Gonçalves.
 B5 2000120, Carla Sofia da Silva Pereira.
 BF 2000334, Paula Fernanda Ribeiro de Carvalho.
 B5 1990601, Eduardo Hilário Moita Rabasquinho.
 B5 2000617, Leonardo José Ferreira Martinho.
 BF 2000450, António Júlio da Silva Sampaio.
 BF 2000337, Hugo Alexandre Ferreira do Carmo.
 B2 1990929, Hugo Miguel de Sousa Cuco.
 B5 2000031, Orlando Ventura Henrique.
 BF 2000220, João José Máximo Mendes.
 B2 1990646, Paulo Alexandre Santos Cordeiro.
 BF 1990132, Norberto José Eiras Campos.
 BF 2000270, António Albino Gonçalves Rebelo.
 RI 2000457, Nélson César Sentieira Pifaro.
 BF 2000735, Jacinto João Leite Moniz.
 BF 2000471, Arménio Gomes Fontela.
 BF 2000434, Bruno Miguel Silva Barros Franco Andrade.
 BT 1990059, Francisco Manuel Sousa Barradas.
 B4 2000710, Carlos Manuel Araújo Sá.
 RI 2000432, Hugo Quirino Raposo.
 B3 2000246, Nélson Fernando Correia Cavaco.
 BF 1960561, Nuno Alexandre dos Santos Martins.
 EPG 1960912, Ricardo Jorge Claudino Oliveira Santos.
 EPG 1980107, Marcolino Manuel Andrade David.
 B5 2000328, Sérgio Miguel Paulo Amoroso.
 BT 1980340, Cristiano Andrade Pereira.
 B3 1980209, Fernando Alexandre Matos Ferreira.
 B3 2000680, Vítor Hugo Pereira Martins.